



Gramática e teorização linguística em Portugal: a Gramática Filosófica de Jerónimo Soares Barbosa

Manuel Amor Couto
Universidade de Santiago de Compostela

Resumo:

A *Gramática filosófica da língua portuguesa* (1822) de Jerónimo Soares Barbosa é um dos textos fundamentais da tradição gramatical portuguesa. Em todo o seu texto e particularmente na *Introdução* podem-se encontrar observações de interesse sobre temas centrais da teorização linguística da época: a necessidade de uma gramática científica elaborada a partir de princípios rigorosos, as conexões das regras da linguagem com as regras lógicas, a divisão e conteúdo das partes da gramática e a urgência da reforma do ensino gramatical.

Palabras chave:

História da linguística portuguesa. Gramática portuguesa. Gramáticas filosóficas. Iluminismo português.

Abstract:

Jerónimo Soares Barbosa's A Philosophical Grammar of Portuguese is a key work in the studies of Portuguese grammar. In this text, and most particularly in the Introduction, we can find interesting observations about the linguistic theory of that time: the need for a scientific grammar based upon objective principles; the need to reform the teaching of grammar; the connection between the rules of language and the rules of logic, and the content and division of all parts of grammar.

Key words:

History of Portuguese Linguistics. Portuguese Grammar. Philosophical Grammar. Portuguese Illuminism.

Introdução

É o propósito deste artigo fazer uma exposição das ideias linguísticas presentes num dos gramáticos portugueses mais interessantes do iluminismo português, Jerónimo Soares Barbosa, autor de uma gramática filosófica que combina uma descrição linguística completíssima e singular com uma grande riqueza teórica e especulativa. Estas ideias estão especialmente presentes na sua *Introdução*, o

nosso principal objecto de análise neste artigo¹. Injustamente pouco conhecida e divulgada, a gramática de Soares Barbosa deixa-nos ver como a tradição gramatical portuguesa soube nesse momento histórico adaptar-se e aplicar os esquemas logicistas pensados primeiro noutras línguas. Por outro lado, a importância da conexão entre estruturas linguísticas e estruturas lógicas outorga a esta gramática um especial atractivo à hora de examinar a questão das relações entre língua e pensamento.

1. Jerónimo Soares Barbosa

Jerónimo Soares Barbosa era natural de Ansião, onde nasceu em 1737. Estuda no seminário de Coimbra, e em 1762 é ordenado presbítero. Em 1768 recebe o grau de Bacharel em Direito Canónico na Universidade de Coimbra. A sua vida está ligada ao ensino: de 1766 a 1790 exerceu a docência de retórica e poética no Colégio das Artes. Em 1789 foi nomeado sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa e em 1792 designado inspector de ensino primário na circunscrição escolar de Coimbra. Um ano depois encarrega-se de promover e dirigir as edições de autores clássicos para uso das escolas. Em 1799 é nomeado vogal da Junta da Directoria Geral dos Estudos na Universidade de Coimbra.

Este interesse pela pedagogia concretava-se na renovação dos métodos de ensino da altura. Como muitos ilustrados, Soares Barbosa defende a aprendizagem da gramática latina desde a língua materna. A teoria gramatical devia também partir não da aplicação mecânica dos esquemas gramaticais latinos, mas da teoria da gramática geral ou filosófica, comum a todas as línguas. Os seus contributos mais importantes neste terreno foram a *Escola popular das primeiras letras* (1796), gramática elementar do português destinada à alfabetização nesta língua, acompanhada cada lição de instruções para os mestres, vem depois a sua obra fundamental, a *Grammática philosophica da lingua portugueza ou Principios da grammatica Geral applicados á nossa lingua-gem*, cuja introdução está datada em Coimbra a 24 de Junho de 1803, mas que não foi publicada pela Academia até 1822 e *As duas línguas* (1807), uma gramática filosófica comparada do latim e do português. Inclui nela apenas a “Etimologia” e a “Sintaxe”, as partes “lógicas” da língua. Soares Barbosa foi também tradutor de Quintiliano e Horácio para português (*Institutiones Oratoriae e Poética*)².

¹ Utilizamos a quarta edição, publicada em Lisboa em 1866. Embora sejam todas as edições do século XIX, a gramática de Soares Barbosa é manifestamente setecentista.

² Os dados sobre a sua vida e obra em Casteleiro (1980/81: 101-103).

2. O contexto da Gramática de Soares Barbosa: Ensino gramatical e reformas pombalinas

Embora redigida na fronteira entre os séculos XVIII e XIX e editada postumamente em 1822, a obra de Jerónimo Soares Barbosa responde em todos os aspectos ao substrato intelectual que caracterizou o iluminismo português, constituindo a sua máxima expressão no campo linguístico. Portugal não se viu à margem no século XVIII da curiosidade pelo progresso científico e tecnológico e as polémicas intelectuais que marcaram a Ilustração europeia, como as empreendidas contra a filosofia aristotélica, a crítica da doutrina do silogismo, a defesa da razão natural feita por Verney ou os debates entre inatistas de adscrição cartesiana e empiristas ou sensualistas da escola de Locke.

O século XVIII português aparece marcado pela importantíssima figura do marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, um dos máximos representantes do absolutismo esclarecido. O impacto das reformas pombalinas deixa-se sentir em todos os âmbitos: administração, política colonial, produção industrial e agrícola e também orientação cultural e educativa. É neste último aspecto que as suas reformas atingiram a língua portuguesa.

Contudo, e antes de passar a enumerar as reformas mais importantes nesse apartado, importa sublinhar que não se trata de uma figura isolada, por mais importante que possa ser, mas do representante mais notável de uma série de reformadores que, no Portugal do século XVIII, questionaram muitos dos princípios ideológicos e culturais em que assentava a sociedade da época. Lembremos que a figura mais singular dos reformadores portugueses da época, Luís António de Verney, propugnava também nesta mesma altura uma reforma revolucionária dos métodos de ensino no seu *Verdadeiro método de estudar* (1749). A pesar de Soares Barbosa não reconhecer a sua dívida intelectual com Verney, não pode haver qualquer dúvida do vínculo entre o Barbadinho e a obra que analisamos, nomeadamente na questão da reforma ortográfica. Por outro lado, este pensamento crítico, autêntico espírito da época, não era mais do que o reflexo à portuguesa das grandes correntes intelectuais que por toda a Europa abalavam com as ideias tradicionais e que, em diferentes campos do saber e por diferentes autores (Rousseau, Montesquieu, Kant, Locke) punham os alicerces de um conhecimento e uma sociedade novas.

A preocupação pedagógica do Iluminismo português e europeu retoma as ideias de reforma pedagógica já existentes na Europa do século XVI (Vives, Melancton, Petrus Ramus...) e manifesta-se na época pombalina numa crítica radical do ensino jesuítico e dos seus procedimentos, baseados na filosofia aristotélica, no comentário textual, na *disputatio* entendida como simples exercício mecânico de habilidade lógico-formal e numa casuística arbitrária e probabilística. Em oposição a este ensino jesuítico estava o propugnado pelos iluministas, em que a teoria e a prática

pedagógica tinha como elemento essencial a ideia de método, uma das quatro divisões da Lógica (as outras três eram a origem e natureza das ideias, o juízo e o raciocínio). O método seguia o modelo das Matemáticas e da Geometria, ciências apoiadas num número reduzido de regras e exemplos de exactidão, ordem, coerência e clareza. O método era entendido como disposição dos argumentos, como instrumento que punha os recursos dialécticos e retóricos ao serviço da razão e permitia assim construir e comunicar o conhecimento. O ponto de partida era uma série de princípios definidos aprioristicamente que depois se demonstravam³. O método sintético (chamado também segundo os autores «de composição», «de doutrina» ou «natural») era considerado o mais ajeitado para a transmissão do conhecimento. Mas o método foi para os autores do século XVIII um instrumento, uma simples técnica, o que permitia a sua utilização por autores da escola empirista ou na terminologia da época «sensualista», que doutrinariamente estavam longe dos criadores do método, os racionalistas cartesianos do XVII.

Foi nesta época, depois de expulsos os jesuítas (1739), banida a sua Ordem e proibidas as gramáticas latinas jesuíticas que o poder político de diferentes países europeus promoveu reformas pedagógicas, introduzindo na Universidade e nos diferentes níveis do ensino estudos e metodologias modernas, que visavam consagrar oficialmente no campo concreto do ensino gramatical determinados manuais que se convertem em obrigatórios, como aconteceu em Portugal com a *Arte da Grammatica da Lingua Portuguesa* de Reis Lobato em 1770 ou em Espanha com a Gramática da Real Academia Espanhola de 1771⁴.

O próprio Soares Barbosa avaliava positivamente este dirigismo gramatical exercido desde o poder quando aludia ao alvará que, o 30 de Setembro de 1770, consagra como oficial a gramática de Reis Lobato (Barbosa 1866:XV). Pode-se ler íntegro este interessante documento na introdução de Carlos Assunção à sua edição da *Arte da Grammatica da Lingua Portuguesa*. As ideias aqui expostas têm idênticas preocupações e a mesma filosofia linguística que podemos ver na *Introdução* da gramática filosófica de Soares Barbosa :

...sendo a correção das línguas nacionaes hum dos objectos mais attendiveis para a cultura dos povos civilizados/.../ sabendo-a [a língua] por principios, e não por mero insticto, e habito,/.../ Sou servido ordenar, que os Mestres da lingua Latina, quando receberem nas suas Classes os discípulos para lha ensinarem, os instruaõ previamente por tempo de seis mezes, se tantos forem necessarios para a instrucção dos Alumnos, na Grammatica Portuguesa, com-

³ Calafate (2001, III: 212).

⁴ Sobre a gramática portuguesa de Reis Lobato veja-se Assunção 1997 e 2000. Para a Gramática da Academia Espanhola veja-se Sarmiento 1984: 9-28.

posta por Antonio José dos Reis Lobato, e por Mim aprovada para o uso das ditas classes, pelo methodo, clareza, e boa ordem, com que he feita (Assunção 2000: 27-28).

Vemos, portanto, uma convergência de interesses entre os propósitos centralizados, regulamentadores e antijesuíticos do poder da época e as sugestões de renovação pedagógica e gramatical formuladas por autores como Verney e Soares Barbosa.

3. Pedagogia e Gramática

A preocupação pedagógica em Soares Barbosa é perceptível em vários níveis:

- a) De um lado, como crítica negativa dirigida contra os péssimos métodos utilizados no ensino, quer fossem estes os métodos de transmissão do conhecimento usados pelos professores nas escolas, quer fossem os manuais escolares e a disposição com que estes apresentavam o objecto de estudo gramatical.

Os iluministas portugueses eram conscientes de que a metodologia para o ensino das línguas latina e vulgar precisava de reformas em profundidade. É por isso que se tentava substituir a bicentenária gramática latina de Manuel Alvares (1572), método clássico do ensino jesuítico, por outros manuais mais em conformidade com os novos tempos e ideias, como os de Verney⁵.

A crítica aos métodos de leitura e escritura era tema que atingia directamente a Soares Barbosa por ser autor de um tratado destinado a essa aprendizagem e ter desempenhado as funções de inspector de ensino primário. No texto da sua gramática fala de passagem de qual seria a prática pedagógica correcta, além de criticar o uso de documentos em letra manuscrita:

ensaiando-se debaixo da direcção de bons mestres a pronunciar-os depois, já soletrando-os, já syllabando-os, já pronunciando-os juntamente nos vocabulos e no discurso, e ligando tudo por meio de uma leitura certa, desembaraçada e elegante, o que nunca se conseguirá com os métodos e cartas informes, de que até agora se tem usado; mas sim com abecedarios e syllabarios exactos e completos, e principiando a leitura por cartas e livros de letra impressa, mais regular, mais uniforme, mais certa, e por isso mesmo tambem mais facil e mais propria para dar o leite das primeiras letras á tenra idade (Barbosa (1866: 37).

⁵ Ou, já no século XIX e um ano depois da primeira edição da Gramática de Soares Barbosa, uma gramática filosófica do latim, *Gramática Filosófica da Língua Latina, reduzida a Compêndio ou Método Suave de Ensinar a Aprender o Latim*, do mestre Diogo de Meneses (Calafate 2001, III: 241).

A crítica que Soares Barbosa faz das gramáticas (fundamentalmente as destinadas à aprendizagem do latim) é muito semelhante nos seus termos à crítica que Verney fizera na Carta Primeira do *Verdadeiro método de estudar*. Continua o nosso autor:

Porem deixada [a gramática] pelos philosophos nas mãos de homens, ou ignorantes ou pouco habeis, se reduziu a um systema informe e minucioso de exemplos e regras, fundadas mais sobre analogias apparentes que sobre a razão, a quem so pertence inquirir e assignar as verdadeiras causas da linguaagem, e segundo ellas ordenar a grammatica de qualquer lingua particular. D'aqui nasceram todas estas artes enfadonhas de grammatica latina, cheias de mil erros e de tantas excepções quantas são as regras. O que tudo repetido e copiado cegamente de idade em idade, sem nunca ter sido submettido a exame, sem o mesmo tambem foi servilmente applicado ás grammaticas das linguas vulgares. (Barbosa 1866: XII-XIII).

Esta crítica da casuística gramatical ia dirigida nomeadamente aos estudos de Prosódia e de Ortografia, os mais deturpados por uma prática escolar deficiente.

Uma das razões que Soares Barbosa alega para os gramáticos se ocuparem destes dois apartados, o prosódico e o ortográfico (e que implicava que, num sentido restrito, Ortoepia e Ortografia, por serem aspectos «mecânicos» e não lógicos, poderiam ficar fora do núcleo central da gramática, constituído pela Etimologia (Morfologia) e a Sintaxe) era a consciência da degradação que a prática escolar causara:

[...] de muito tempo a esta parte se tem entregado o ensino d'estas duas partes da grammatica Portugueza aos mestres de escola, pela maior parte pouco habeis. Porém d'aqui tem procedido os maus métodos, com que a primeira idade perde nas escolas boa parte do seu tempo, e gasta outra em aprender coisas que depois tem de desaprender ou reformar. É justo pois que a coisa torne a seu dono, e que os grammaticos tomem outra vez a si esta parte da grammatica que ensina a theoria dos sons, e tudo o que pertence á boa pronunciação e leitura da lingua, pois que tem sido tão mal desempenhada em mãos estranhas (Barbosa 1866: IX)

e mais adiante:

as regras mesmas da boa pronunciação e escriptura devem entrar no ensino da grammatica, para emendar muitos vicios que os mestres de primeiras letras, pela maior parte idiotas, não são capazes de corrigir (Barbosa 1866: XVI).

- b) De outro lado, como crítica de orientação positiva, mediante a sugestão de métodos descritivos e explicativos alternativos que, por responderem a modelos de clareza, simplicidade e elegância e terem carácter prático, fizessem mais fácil e rápido o processo de aprendizagem.

A aprendizagem linguística não tem a penas carácter instrumental. Conhecer a própria língua é, nas palavras do nosso autor, aprender a bem pensar⁶. Mas a aprendizagem da língua vulgar considera-se também como valioso instrumento auxiliar para o posterior domínio das linguas clássicas: “Esta theoria, applicada primeiro á propia lingua, percebe-se e comprehende-se muito mais facilmente do que applicada a linguas desconhecidas”. (Barbosa 1866: XV). Na ideia da precedência da língua materna sobre o latim parte-se do princípio pedagógico da construção do conhecimento desde o já sabido. Estas opiniões estão muito próximas das de Verney, que explica a sem-razão de ensinar gramática latina em latim⁷ ou, por falar no contexto galego, das reflexões do padre Sarmiento sobre o papel do galego no ensino⁸.

Por outro lado, o uso de um autêntico método científico no campo gramatical segundo os esquemas matemáticos e geométricos permitirá formular um conjunto de regras de número reduzido, baseadas umas nas outras e que podem ser decoradas facilmente⁹. As gramáticas modelo propostas afastam-se pois de maneira notável das anteriores.

4. Gramática: Ciência, método e lógica.

Soares Barbosa diferencia na sua *Introdução* entre o uso da faculdade da fala, própria de todos os seres humanos, e a ciência da linguagem, competência privativa dos gramáticos. A gramática considera-se arte, e é gramático quem ordena, classifica, relaciona e explica com os instrumentos proporcionados pelas leis da lógica e

⁶ “mostrar os principios gerais de toda a linguagem [...] formar assim uma lógica prática, que ao mesmo tempo que ensina a fallar bem a propria lingua, ensine a bem discorrer” (Barbosa (1866: XIV).

⁷ “É coisa digna de admiração que muitos homens deste Reino queiram aprender Francês, Tudesco, Italiano, de uma sorte, e o latim de outra muito diferente. Aprendem aquelas linguas com um Mestre que as fala ambas, e explica a língua incógnita por meio daquela que eles conhecem e falam; e com uma só Gramática se põem em estado de entenderem os autores bem, e, junto com o exercício, de falam Francês correntemente. E tomara que me dissesem por que não se deve praticar o mesmo no latim, e por que razão se haja de carregar a memória dos pobres estudantes com uma infinidade de versos latinos, e outras coisas que não servem para nada neste mundo” (Verney (1949: I, 141).

⁸ Veja-se por exemplo Monteagudo (1999: 266 - 284) ou Mariño (1998: 242-250).

⁹ “As regras propostas por este methodo reduzem-se a menos, porque se unem ao mesmo principio: percebem-se melhor, porque se sabe a razão d’ellas; e fixam-se mais na memoria, porque se ligam umas com as outras” (Barbosa (1866: XIV).

da razão uma linguagem que, deixada em estado natural, ficaria como simples uso espontâneo¹⁰. Neste sentido o gramático cria a língua no seu processo de ordenação, classificação e hierarquização da matéria prima linguística.

Tomar a lógica e o raciocínio como ponto de partida não significa, porém, que o gramático aplique de maneira mecânica e apriorística os princípios lógicos ao material linguístico, pois do que se trata é de estabelecer as leis da língua a partir de uma série de observações factuais¹¹ que permitam formular as regras particulares desse idioma, regras particulares que devem estar também em conformidade com as regras gerais que regem o pensamento.

A ideia que Soares Barbosa se faz tanto da historicidade das línguas como das diferentes etapas do estudo gramatical deriva-se da sua ideia evolutiva da língua: as línguas passaram por quatro estados sucessivos, cada um deles ligado a um sistema específico de representação escrita. Um primeiro estado foi o da representação pictográfica, considerada pelo nosso autor como método sumamente imperfeito e primitivo. O segundo foi a representação hieroglífica dos egípcios, originado numa estilização do sistema pictográfico em que debuxos com valor simbólico serviram como significante de uma ou várias coisas. O terceiro sistema de representação foi o ideográfico, conhecido na Europa do tempo através das informações que se tinham da cultura chinesa. A imagem natural, a conexão material que existia com o referente nos dois sistemas anteriores desaparece: o significante, já completamente estilizado, converte-se em simples símbolo. Sistema considerado como pouco económico, porém, pela necessidade de habilitar para cada ideia um símbolo, quando o número potencial de conceitos exprimíveis é infinito. O quarto estado é julgado como o mais perfeito e evoluído e corresponde com o sistema alfabético. Esta escrita, chamada literal, ocupou-se inicialmente da parte mecânica da linguagem, isto é, da série de sons que conformam cada língua e do sistema gráfico adoptado para a representação destes sons.

Esse carácter progressivo dos sistemas de representação escrita aplica-se também às disciplinas em que se reparte o conhecimento gramatical: os sons e o seu sistema de representação gráfica (Ortoépia e Ortografia) são pois prévios à gramática, imprescindíveis para proceder num terceiro momento à «analyse miuda do discurso», e para reduzir este a «certas classes, as partes elementares da oração», tomando em conta para isto não apenas os critérios semânticos habituais mas também outros formais e funcionais. Temos assim a disciplina chamada naquela altura *Etimologia* ou *Analogia*, a corresponder com a actual morfologia.

¹⁰ A citação de Cícero com que se abre o livro (“Usum loquendi populo concessi, scientiam mihi reservavi”, Cic. Orat. 48) é bem eloquente da importância e autoridade que se arroga o gramático.

¹¹ “Toda a grammatica é um systema methodico de regras, que resultam das observações feitas sobre os usos e factos das linguas” (Barbosa 1866: XI).

Como culminação do estudo gramatical vêm em quarto lugar as regras gerais e as possibilidades combinatórias que o uso faz das partes da oração «para exprimir todas as operações do entendimento», a sintaxe. Os primeiros autores que segundo Soares Barbosa trataram este tema na cultura clássica são Plato e Ennio e segundo ele sem se ocuparem propriamente da Gramática, mas da especulação sobre a gênese natural ou arbitrária do signo linguístico¹².

As pretensões lógicas desta gramática visíveis no título, na estrutura e em numerosas referências através das suas páginas tem a ver com a influência cultural e gramatical francesa, que desde a *Grammaire Générale et raisonnée* de Port-Royal acentuou ainda mais o pendor racionalista da gramática ocidental e que se deixou sentir nas tradições gramaticais do resto do continente, influxo que não se viu roto até à aparição revolucionária da corrente histórico-comparatista a meados do século XIX. Na tradição gramatical portuguesa Soares Barbosa fora já precedido neste logicismo por Manuel Coelho de Sousa, autor de um *Exame da Syntaxe e Reflexões sobre as suas Regras* (1729), por Verney no seu compêndio *Grammatica Latina Tratada por Hum Methodo Novo Claro e Fácil* e pela gramática filosófica de Melo e Bacelar (1783). Contudo, foi Soares Barbosa quem demonstrou na prática com a sua notável gramática as potencialidades – e também os limites – deste tipo de obras quando aplicados à realidade linguística particular do português.

Ensinar a língua e as suas leis era como dissemos equivalente a ensinar a pensar, porque linguagem e pensamento estavam em íntima ligação:

sendo a grammatica de qualquer lingua a primeira theoria que principia a desenvolver o embrião das idéas confusas da idade pueril; e dependendo da exactidão de seus princípios o bom progresso nos mais estudos, ella deve ser uma verdadeira logica, que ensinando-se a fallar, ensine ao mesmo tempo a discorrer. Que por isso a grammatica foi sempre reputada como uma parte da lógica, pela íntima conexão que as operações do nosso espirito tem com os signaes que as exprimem. E esta é a razão porque os antigos philosophos e os stoicos principalmente se faziam cargo d'ella nos seus tratados de philosophia, como Protagoras, Platão, Aristoteles, Theodectes, Diogenes, Chrysippo, Palemom e outros, sobre os quaes se pôde ver Laercio nas suas vidas, e Quintiliano Inst. Orat. I, 6 (Barbosa 1866: XII).

A gramática, guiada pela lógica, está em estreita ligação com as ciências, porque constitui como elas um instrumento analítico, e do mesmo modo que a linguagem formalizada por excelência, a matemática, tem o seu particular sistema de notação,

¹² Em Rousseau no seu ensaio sobre a origem das línguas encontram-se também estas quatro fases evolutivas (Rousseau 1980: 39-46). No artigo “Grammaire” da Enciclopédia aparece de modo mais resumido, falando-se de escrita simbólica substituída pela escrita ortográfica (Auroux 1973: 85-86).

a linguagem possui também o seu sistema, o da escrita alfabética, culminação do processo evolutivo antes explicado:

As linguas são uns methodos analyticos que Deus deu ao homem para desenvolver suas faculdades. Ellas dão o primeiro exemplo das regras da analyse, da combinação e do methodo, que as sciencias as mais exactas seguem nas suas operações [...]. Os progressos que com os algarismos fez a sciencia dos numeros dão a conhecer assás a importância também da escriptura alphabetica para os mais conhecimentos (Barbosa (1866: X).

Este logicismo era, porém, anterior, porque já estava presente em toda a tradição gramatical ocidental. É um facto bem estabelecido que as categorias gramaticais criadas pelos gregos e depois transmitidas a Roma derivaram-se das categorias habilitadas pelo pensamento filosófico para a análise da realidade e que noções como substância, accidente, accção, passividade, actividade, temporalidade..., foram transferidas da filosofia para a gramática, de modo que toda a tradição medieval, que continuara difundindo as gramáticas latinas através dos modelos de Donato e Prisciano ou a mesma tradição renascentista trabalha a partir destas noções e das classes de palavras que essas noções determinaram historicamente. Também não podemos esquecer o vínculo directíssimo estabelecido entre a *Grammaire* de Port-Royal e a famosa *Lógica* (1662) da mesma escola. Isto não significa, porém, que existisse uma completa unanimidade à hora de determinar quais as classes de palavras presentes em cada idioma, por não se utilizar apenas o critério semântico –embora tivesse este um papel primordial– mas também outros de carácter formal ou mesmo sintáctico ou distribucional e porque as particularidades linguísticas não eram sempre facilmente reduzíveis a um modelo gramatical único e universal.

Esta tendência lógica vê-se na gramática de Soares Barbosa em diferentes aspectos da descrição gramatical:

- a) No seu propósito de enunciar princípios e regras, procurando que estas fossem em número reduzido que a modo de leis se applicassem de maneira universal.
- b) No seu propósito de explicar as excepções às regras anteriores como falsos casos de excepção, como irregularidades aparentes. Aqui desempenhava um papel importante o procedimento da *elipse*, autêntico mecanismo que permitia interpretar *ad hoc* as irregularidades morfossintácticas como anomalias aparentes, sublinhando, pois, o carácter geral das leis da gramática. Este é um dos aspectos, por outra parte, que liga esta tradição gramatical logicista a modelos modernos como a da gramática generativo-transformacional, corrente que reivindicou os contributos cartesianos de Port-Royal num famoso livro de Noam Chomsky (1969).

5. Gramática universal vs. gramáticas particulares; gramática prática vs. gramática filosófica

A pluralidade das línguas do mundo constituía um facto importante que devia ser explicado por aqueles que afirmavam a unidade linguística da humanidade. A diversidade linguística seria para eles «aparente», porque às divergências na superfície corresponderia uma igualdade de fundo, por existirem uma série de princípios universais comuns: umas categorias lógico-semânticas «profundas» de carácter universal dirigiriam todas as línguas, a subjazer às particularidades e acidentes de superfície. São teses que, por outra parte, no século XX tomou para si e desenvolveu a semântica generativa¹³.

A parte lógica e racional da linguagem dependia das operações intelectuais, do pensamento. Se este era comum à humanidade, podia-se deduzir tanto a igualdade de fundo das línguas como a existência de uns princípios gramaticais de carácter geral:

as palavras [são] sinais artificiais das idéas e suas relações, e como taes sujeitos ás leis psychológicas que nossa alma segue no exercicio das suas operações e formação de seus pensamentos. As quaes leis sendo as mesmas em todos os homens de qualquer nação que sejam ou fossem, devem necessariamente comunicar ás línguas, pelas quaes se desenvolvem e exprimem estas operações, os mesmos princípios e regras gerais que as dirigem (Barbosa 1866: XI).

Quando as observações linguísticas vão referidas a um idioma concreto, a gramática será particular. Se as observações abrangem os usos e factos de todos ou a maior parte dos idiomas conhecidos, a sua gramática será geral. Se tomamos na sua literalidade esta afirmação de Soares Barbosa, esta gramática geral não seria, pois, apenas o resultado de um *a priori* filosófico, mas produto da observação de factos, neste caso da análise de diversas línguas, muitas delas com sensíveis diferenças estruturais. O problema será como estabelecer essa identidade de fundo das línguas a partir de uma variação formal tão alta.

Há uma outra divisão entre gramática prática e filosófica que responde às diferenças de público e de método didáctico: a gramática será «prática» ou «rudimentaria» quando dirigida ao conhecimento pragmático da língua, ao domínio das

¹³ Estas teses da identidade de fundo das línguas acabaram conduzindo a projectos de elaboração de uma língua universal, na esteira das tentativas de Raimundo Lúlio ou Leibniz. Em Portugal, foi José Maria Dantas, matemático, quem em 1800 publicou um projecto neste sentido na sua *Pasigraphia, composta e dedicada ao Serenissimo Senhor Infante D. Pedro Carlos* (veja-se Calafate 2001, III: 243). Sobre o projecto de língua universal ideado pelo padre Sarmiento, veja-se Lázaro Carreter 1985: 131-141.

regras básicas da sua pronúncia, escrita ou regras gramaticais, utilizando a memorização. Quando o objectivo seja conhecer as leis psicológicas e «as primeiras causas ou razões dos procedimentos uniformes que todas as línguas seguem na análise e enunciação do pensamento» (Barbosa 1866: XII) mover-nos-emos no terreno da gramática filosófica e científica. A gramática prática ou rudimentar, porém, deve fundar-se nos princípios da gramática filosófica, e não seria mais do que a sua aplicação aos níveis mais elementares do ensino.

O propósito veicular que tinham as gramáticas vernáculas, consistente em facilitar um posterior aprendizado da língua latina, ainda está presente¹⁴, e para justificar isto pode apoiar-se o nosso autor na autoridade de gramáticos anteriores como João de Barros.

6. Gramática contrastiva e tipologia linguística

As gramáticas racionalistas e filosóficas caracterizam-se pela sua perspectiva sincrónica. Todas elas são prévias à grande revolução que tanto na conceição das línguas e da ciência da linguagem como do ponto de vista metodológico vai supor a aparição da gramática histórica e comparativa do século XIX. É evidente, porém, que os gramáticos do XVIII conheciam com bastante exactidão a variação linguística e mesmo que não se podiam desinteressar dela, porque, defendendo a identidade essencial de todas as línguas, tinham que reconhecer e explicar o fenómeno das variação linguística. Por outro lado, sabemos que é nesta época quando surgem os primeiros ensaios comparatistas (Rousseau, Sarmiento...) e os primeiros projectos de elaboração de uma língua universal de carácter artificial (Lázaro Carreter 1985: 131-141).

A identidade essencial das línguas defendida por estes gramáticos não é um facto substancial, mas de tipo formal. Não importa, pois, nem a substância nem o processo de mudança que a conduz de uma língua à outra, não interessa pois a evolução diacrónica (por exemplo, do latim às diversas formas de romance), processo nunca explicado ou apresentado como consequência de um uso cuja mecânica e regras não se explicitam. O importante é a identidade de fundo entre os dois pontos, entre duas sincronias, a de partida e a de chegada –latim e português, por exemplo– em tanto que maneiras diferentes de ordenar e exprimir a mesma realidade conceptual da proposição.

Por isso, e embora na gramática de Soares Barbosa encontremos exemplos de comparatismo, nunca é com a função que este terá na linguística histórico-comparatista; os contrastes da estrutura linguística servem a Soares Barbosa para estabelecer

¹⁴ “Aquelles que aspiram a estudos maiores, e para entrarem n’elles tem de aprender as línguas sabias, levam uma grande vantagem com aprender primeiro a grammatica de sua lingua” (Barbosa 1866: XIV).

autênticas classes tipológicas de línguas, como se evidencia por exemplo no final do capítulo V da sua gramática, dedicado à preposição: depois de reduzir os advérbios a formas abreviadas da determinação com preposição, o nosso gramático classifica as línguas segundo a maneira em que se marca essa determinação: línguas a utilizarem um sistema preposicional (entre as que situa o português, espanhol, francês, mas também línguas semíticas como o hebreu); línguas a utilizarem um sistema de afixos ou posições chamados «casos» (o latim, mas também línguas como o vasco¹⁵ e as línguas indígenas do Peru); e uma terceira categoria constituída por aquelas que utilizam a combinação de preposições e caso (grego e latim, alemão e arménio). Para explicar a existência deste terceiro grupo a combinar os dois procedimentos anteriores recorre ao reduzido número de casos presentes nestas línguas, apenas seis, facto que obriga a que seja a combinação do sistema casual com o preposicional o que permita a expressão de muitas relações.

Esta classificação das línguas, seguindo critérios formais e funcionais, parece-nos notável, porque demonstra não a ignorância das observações e os factos que acabariam fundado o método comparatista, mas um interesse precisamente no contrário: no que de permanente e imutável tinha o fenómeno linguístico. Os gramáticos de tendência filosófica atendiam ao que de comum tinham as línguas, o seu olhar estava posto na gramática universal, e era a partir desta que se estabeleciam e se entendiam as gramáticas particulares e os seus procedimentos. Tratava-se, pois, de um modelo de convergência: era por isso que Soares Barbosa podia dar as equivalências funcionais de cada caso latino em português, acudindo a critérios como o uso de artigo, a posição posterior ao verbo, o uso de uma ou outra preposição etc. (Barbosa 1866: 230). A gramática histórica, diferentemente, privilegia o específico, e só num processo de explicação genética consegue chegar a uma primitiva unidade, que, por outra parte, não se pretende universal, mas parcial: línguas indogermânicas de um lado, semíticas do outro, etc. Trata-se, pois, de um modelo baseado na divergência, no diferencial.

Significativamente, esta corrente historico-comparatista abandonará, por inúteis e erróneas, as especulações sobre as origens da linguagem, tão caras aos defensores de uma gramática universal.

Por outro lado, as gramáticas filosóficas embora sejam sincrónicas no seu espírito não apresentam uns limites cronológicos definidos a determinarem as fronteiras temporais em que é aplicável a gramática: se em Soares Barbosa as referências à

¹⁵ Soares Barbosa cita a obra de Larramendi que devia conhecer bem: “O padre de Larramendi, jesuita que em 1729 deu á luz uma grammatica vasconga, escripta em hespanhol, debaixo do pomposo titulo de *El imposible vencido, ou Arte de la Lengua bascongada*, impresa em Salamanca, no cap. IX da II parte, reconhece que estas terminações, a que elle chama posições, semelhantes aos affixos hebraicos, equivalem ás preposições” (Barbosa 1866: 229).

língua trovadoresca marcam o que de diferencial e arcaico têm esta relativamente ao português do XVIII, não estão claras as fronteiras com outras épocas como demonstram, por exemplo, as citações de João de Barros ou Camões, ou as alusões a formas linguísticas reconhecidas como arcaicas pelo nosso gramático.

Também o carácter sincrónico da gramática não se contradiz com referências ocasionais à mudança linguística que vemos, por exemplo, quando Soares Barbosa fala do uso do participio perfeito activo, em concordância na língua antiga, para constatar que já na época clássica da língua portuguesa se produziam os dois usos (Barbosa 1866: 193). Outro exemplo de referência diacrónica temo-lo quando explica o gramático como na «linguagem antiga» (a etapa galego-portuguesa), a desinência de segunda pessoa de plural era /-des/ e não /-is/, forma a primeira de que ficariam rastros em formas verbais como o infinitivo pessoal e futuro imperfeito de conjuntivo (*amardes, fordes*). Não há no exemplo, porém, historicismo, mas a simples constatação de duas formas diferentes, correspondentes a dois estados da língua, sem qualquer interesse em fixar os processos de evolução fónica que conduziram da primeira forma para a segunda. Por outro lado, a facto de fazer isto para «facilitar a intelligencia dos manuscriptos mais antigos» (Barbosa 1866: 168) prova que as gramáticas, à parte do seu valor descritivo, pretendiam também ser instrumento auxiliar para aqueles que deviam manejar documentação antiga.

7. Influências

A primeira e mais visível das influências é a dos gramáticos franceses desde Port-Royal. Condillac e o seu sensualismo, influídos pelo empirismo de Locke, está muito presente¹⁶. O ser humano comunica-se com a realidade pelos sentidos e para Condillac as línguas foram construídas a partir de uma linguagem natural de gestos, que acabou por perder o seu carácter natural, e que através de um processo de estilização e abstração crescente deu lugar à linguagem abstracta. Também o trabalho de teorização e sistematização linguística seguido por Du Marsais¹⁷ e Beauzée, principais autores dos artigos linguísticos da *Enciclopédia* francesa (1751-1780) não deixou de ter a sua influência em Portugal, nomeadamente no Dicionário publicado pela Academia em 1793 (Hassler 2001: 119).

Soares Barbosa devia ser um bom conhecedor dos modelos gramaticais aplicados a diferentes línguas europeas e ele próprio confessa-se devedor das gramáticas que Arnaud, Wallis e Starris e Lancelot elaboraram para o francês, inglês e espanhol e italiano (Barbosa 1866:XIII). Está também logicamente presente a tradição grama-

¹⁶ Parte da obra de Condillac fora traduzida para português. Veja-se Hassler 2001: 107.

¹⁷ Sobre a contribuição de Du Marsais à *Enciclopédia* veja-se Du Marsais 1987.

tical hispânica: João de Barros, Contador de Argote, Amaro de Roboredo, Bento Pereira, Pedro José da Fonseca, ou a gramática da Real Academia Espanhola de 1771, embora os critérios do nosso autor sejam bastante diferentes dos utilizados pelos anteriores gramáticos portugueses.

A tradição gramatical portuguesa anterior e contemporânea é avaliada por Soares Barbosa a partir dos seus postulados logicistas e dos seus critérios sobre uma gramática pedagogicamente aceitável. Os seus juízos não são, porém, especialmente abundantes, citando ocasionalmente os *Rudimentos*, a obra de Amaro de Roboredo, Bento Pereira, João de Barros, Contador de Argote ou Reis Lobato. Esse escasso interesse em basear a sua doutrina gramatical na tradição portuguesa responde, na nossa opinião, não à ignorância dessa tradição, mas à sua convicção de ser a sua gramática, à qual aplica o qualificativo de «filosófica», a única com pretensões rupturistas, a que no campo da língua portuguesa se ajusta fielmente aos princípios de reforma propostos.

O outro motivo de distância com as gramáticas portuguesas anteriores ou coetâneas radica nos seus defeitos: censura que o sistema analógico usado nelas consista basicamente numa cópia servil da gramática latina, e que deixem assim inexplicadas «muitas observações necessárias sobre o genio particular e caracter da Língua Portuguesa» (Barbosa 1866: XIII) . Fala elogiosamente, porém, de Pedro José da Fonseca, autor dos *Rudimentos da Grammatica Portuguesa*, obra impressa em Lisboa em 1799, aplaudido por utilizar como modelo a *Gramática da Língua Castelhana* composta pela Real Academia Espanhola, «a qual entre as das línguas vulgares tem merecido um distinto louvor» (Barbosa 1866: XIV). Mas mesmo esta obra elogiada não está livre de defeitos: o primeiro é uma demasia de exemplos e regras, pois Soares Barbosa é partidário de abreviar e reduzir a gramática a poucos princípios de carácter geral. O segundo é que deixasse fora da Gramática ortoépia e ortografia, «partes essenciaes e importantes a qualquer grammatica vulgar».

Soares Barbosa orgulha-se também da importância e precocidade da tradição gramatical portuguesa do XVI, como podemos ver nas suas referências à gramática de Fernão de Oliveira:

Portugal conheceu grammaticas portuguezas ainda antes que outras nações civilizadas tivessem uma na sua lingua. Quando Ramos em 1572 publicou a primeira grammatica da lingua franceza, já Portugal tinha a de Fernão d’Oliveira dada á luz em 1536, e a de João de Barros em 1539 (Barbosa 1866: XIII).

Parece evidente que esta apologia da gramática do XVI tem um carácter compensatório, que se trata em realidade de atenuar que essa precocidade gramatical por-

tuguesa veio seguida de um período de decadência e estagnação. As glórias do passado contrabalançam assim a decadência do presente. A sua gramática pretenderá por isso modernizar a tradição gramatical portuguesa e levá-la ao nível de outras tradições gramaticais, nomeadamente a francesa.

A gramática espanhola aparece também citada em diferentes ocasiões (Gramática da Real Academia), o qual demonstra que o nosso autor manejava abundantes fontes que lhe serviam como modelos a que aproximar ou de que afastar a sua. Na *Introdução*, Soares Barbosa elogia também entre as figuras do passado a do gramático Sánchez (Sánchez de las Brozas) nomeadamente pelo carácter anticonvencional, rupturista e logicista das teses do gramático salmanticense¹⁸.

Também é possível que, naqueles casos em que Soares Barbosa fez referência ao vasconço para comparar as diferenças existentes entre o uso dum sistema preposicional e de outro consistente num sistema sufixal, tivesse como fonte a obra de Larramendi, amplamente difundida na altura¹⁹.

8. A gramática: caracterização e partes

Como já vimos são quatro: duas a ocuparem-se do aspecto «mecânico» da língua: a Ortografia e a Ortoépia. As outras duas a tratarem da parte «lógica» das língua: a Etimologia (isto é, a Morfologia) e a Sintaxe.

a) Ortoépia

Compreende duas partes:

- O conhecimento dos sons fundamentais da língua. Seria estritamente este o campo de estudo da ortoépia.
- «As modificações musicas de que os mesmos são susceptíveis» (canto, melodia, acentos, compasso e ritmo, quantidade). Esta segunda parte recebe o nome de Prosódia. Segundo Soares Barbosa, foi esta posterior à ortoépia, pois surgiu a sua necessidade quando os estrangeiros começaram a estudar outras línguas diferentes da sua. Os acentos da língua grega, posteriores às letras do seu alfabeto, assim como o facto de os gregos começarem a estudar a prosódia em época bastante tardia (nos tempos de Cícero) seria para ele prova disto. Eis a causa de escolher este termo de *Ortoépia* para designar conjuntamente a Ortoépia em sentido estrito e a Prosódia.

¹⁸ “Mas felizmente aconteceu em nossos tempos, que Sanches principiasse entre os hespanhoes a sacudir o jugo da auctoridade e preocupação n’estas materias, e introduzindo na grammatica latina as luzes da philosophia, descobrisse as verdadeiras causas d’esta lingua” (Barbosa 1866: XIII).

¹⁹ Sobre a figura de Larramendi e a filologia hispânica do XVIII veja-se Lázaro Carreter 1985: 112-113.

b) Ortografia

Incluem-se nela os signos gráficos que representam os sons da língua e um estudo dos diferentes sistemas ortográficos existentes. Vista a inexistência de uma ortografia regular e aceite por todos, diferencia entre as ortografias «etimológica», «usual» e «de pronúnciação»; esta última oferece-se como uma revolucionária proposta de reforma ortográfica coincidente em muitos pontos com a de Verney. A «usual» não é mais do que a ortografia consagrada pelo uso na altura, uma ortografia etimológica aplicada de modo incoerente e por isso particularmente censurável:

Entre estas duas orthographias caminha a usual. Assim chamada, porque não tem outra auctoridade senão a do uso presente e dominante, já para seguir as etymologias e introduzir arbitrariamente escripturas mui alheias da pronúnciação presente; já para não fazer caso da derivação mesma, e incoerente em seus procedimentos escrever, p. ex.: *he*, *huma*, com *h*, que não ha na origem latina, e *filosofia* e *fysica* com *f* e *z* que não ha nas palavras gregas (Barbosa 1866: 39)

Vai a seguir um apartado destinado ao estudo dos signos de pontuação. Se a ortografia aparece ligada à representação da palavra individual, a pontuação articula a união das palavras no discurso. O seu sistema de pontuação está muito bem articulado, é muito mais rígido do que o proposto por Verney e responde à divisão progressiva do discurso em partes menores:

As primeiras subdivisões parciaes das orações, ou juizos que fazem parte de outros, são marcadas pelas *vírgulas*, que é a pontuação mais fraca e inferior.

A segunda divisão do periodo em membros ou proposições totaes, que contém em si as primeiras subdivisões parciaes, é marcada com *ponto e vírgula*.

E a divisão mestra, ou principal das duas partes de qualquer periodo, antecedente e consequente, que comprehendem em si todas as outras subdivisões subalternas, é marcada com *dois pontos*.(Barbosa 1866: 61)

c) Etimologia

É a primeira das duas partes lógicas ou racionais da linguagem. As classes de palavras são concebidas a partir de critérios primeiramente semânticos e secundariamente formais e funcionais:

Esta analyse do discurso dependia de muitas observações particulares e de muitas combinações para d'ellas se formarem noções geraes, que reduzissem a certas classes as partes elementares da oração segundo as suas significações e analogias, e bem assim a regras geraes as varias combinações que o uso fazia das mesmas (Barbosa 1866: IX).

A analogia e unidade formal, a pesar da diversidade e das irregularidades aparentes, são o objecto da etimologia (mas não apenas dela, porque esta insistência em sublinhar as regularidades do funcionamento lingüístico aparece também na Sintaxe). A função da gramática estaria em «descobrir todas as analogias de uma língua particular, e reduzir a ellas muitas anomalias que os ignorantes contam por taes, não o sendo realmente» (Barbosa 1866: XII).

Embora o estudo morfológico preceda no texto gramatical o estudo sintáctico, e podendo efectivamente estabelecer classes de palavras segundo critérios semânticos e morfológicos, não está absolutamente clara esta anterioridade do ponto de vista lógico, por falar o próprio Soares Barbosa das classes de palavras como “partes da oração”: isto é, antes de definir as partes da oração realmente existentes estabelece o gramático um marco superior, o princípio da inclusão dessas classes de palavras numa unidade maior chamada proposição e em cujo interior identificar-se-iam essas unidades morfológicas.

Soares Barbosa, porém, procede na sua exposição de menor a maior e afirma portanto a precedência da morfologia:

os homens se occupariam em considerar primeiro as palavras que são signaes assim das idéas que fazem o objecto dos nossos pensamentos como das relações que as mesmas podem ter consigo e com outras, do que em considerar estas mesmas palavras combinadas e coordenadas entre si em ordem a exprimirem o pensamento (Barbosa (1866: X).

As classes de palavras podem exprimir ideias (substantivos, adjectivos...) ou relações (verbos, preposições, conjunções...). Como todas as gramáticas filosóficas a de Soares Barbosa divide os verbos em duas grandes classes, a do «verbo substantivo» (formada apenas por um verbo, *ser*) e a dos «verbos adjectivos» (todos os outros, sempre analisáveis como união de uma forma do verbo substantivo e um adjectivo: *amar = ser amante*). São notáveis e de muito interesse os seus intentos de ordenação das formas adjectivas (capítulo III) e das preposições (capítulo V).

d) Sintaxe

As palavras unidas no discurso são o objecto da Sintaxe. A sintaxe de Soares Barbosa e da época, diferentemente à nossa, não se ocupava das funções oracionais, nem considerava a existência de unidades intermédias entre o nível da palavra e o da oração, mas tratava da relação de *concordância*, existente entre algumas classes de palavras quando agrupadas em unidades maiores, como a do substantivo com o adjectivo ou a do sujeito com a forma verbal, ou da *regência* (formas adjectivas ou verbais complementadas com a ajuda de uma determina-

da preposição). Estas noções de concordância e regência eram herança directa da tradição latina. A noção de função sintáctica e de complemento, próprias da gramática moderna, estavam já presentes, como revela o facto de falar de verbos transitivos ou intransitivos ou de complemento terminativo, por exemplo. A ordenação dos elementos na oração também é tratada de modo minucioso como se vê nos capítulos destinados à «construção direita» e à «construção invertida», centrada esta última na análise da anástrofe e do hipérbato.

9. Ideal linguístico vs. usos estabelecidos

Algumas questões da gramática de Soares Barbosa põem à luz a complexidade resultante do confronto entre os modelos teóricos que o gramático como possuidor do saber linguístico propõe e a realidade teimosa de uma prática que não se ajusta a eles e que por vezes é manifestamente contrária. É aqui, na distância entre uma teoria linguística que se pretende prescritiva e as resistências a esses intentos de modelação por parte de instituições e práticas tradicionais em terrenos como as convenções ortográficas ou os modelos sintácticos da linguagem literária que podemos observar os limites reais da autoridade do gramático sobre a linguagem.

A questão ortográfica é a primeira delas. No capítulo destinado à ortografia, Soares Barbosa elabora uma proposta radical de simplificação ortográfica, que encontra uns claros antecedentes na primeira carta de Verney no *Verdadeiro método de estudar*. As regras dessa nova «ortografia de pronúnciação» reduzem-se a uma muito simples:

Qualquer palavra que se queira escrever, pronuncie-se primeiro bem, e distinguidos todos os sons de que é composta, estes se escrevam pela mesma ordem, com os caracteres que lhes competem nos abecedarios completos e exactos /.../ e a palavra assim escrita ficará sem erro de ortografia (Barbosa 1866: 52).

A reforma supunha eliminar <h> salvo nos dígrafos <ch, lh, nh>, simplificar a representação das sibilantes (<s> para representar em todos os casos /s/, <z> para representar o fonema /z/, <j> para representar em todos os casos a palatal fricativa sonora, e a dupla opção de <ch> e <x> para a fricativa palatal surda), eliminar as geminadas e as combinações consonânticas dos grupos cultos, etc.

O programa ortográfico de Soares Barbosa, radical nessa altura, ficou no plano da pura teoria desde o momento que o próprio autor apenas utilizou essa nova ortografia chamada «de pronúnciação» nas seis páginas do capítulo em que foi exposta (Barbosa 1866: 52-57). Uma ortografia pois que não teve qualquer consequência prática na sua época e na própria obra de Soares Barbosa. Em qualquer caso, na

história da ortografia portuguesa, o contributo teórico tanto de Soares Barbosa como de Verney - com sugestões de reforma muito similares e que talvez inspiraram o primeiro - é inegável e sinala a direção de futuros planos de reforma no XIX (Kemmler 2001: 253-266).

É na sintaxe que vemos novamente este contraste entre teoria e prática. A gramática de Soares Barbosa procura ir como outras muitas acompanhada de citações tiradas daqueles autores que exemplificam e canonizam o usos correctos da língua portuguesa, mais paradoxalmente os fragmentos de prosa ou poesia que fornece o autor são em muitos casos censurados pelo próprio gramático: por terem uma construção sintáctica pouco clara ou por uma disposição dos elementos oracionais marcada pelo hipérbato, a impedir este o reconhecimento do sentido do texto .

O princípio teórico da claridade e da simplicidade e da construção guiada pelo critério da univocidade do significado proposto pelo gramático entrava em confronto, pois, com uma tradição literária portuguesa derivada de práticas e tradições retóricas muito diferentes, manifestas numa sintaxe barroca e deliberadamente complexa e no gosto pela ambiguidade e os jogos de palavras. É por isso que muitos autores portugueses aportados como exemplos viram-se em autênticos contra-exemplos, modelos em negativo objecto da repreensão do gramático. O rígido logicismo aplicado por Soares Barbosa nos seus modelos sintácticos não deixava perceber que além da lógica outros motivos de carácter psicológico e estético actuavam também nas escolhas sintácticas. Desde o seu saber gramatical racionalista e de influência francesa, a avaliação dos usos sintácticos tirados da literatura portuguesa clássica e contemporânea não podia deixar de ser negativa.

Referências bibliográficas

- Assunção, C. da Costa (1997): *Para uma gramaticologia portuguesa. Dos primórdios do gramaticalismo em Portugal a Reis Lobato* (Vila Real: Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro).
- Assunção, C. da Costa (2000): *A Arte da Grammatica da Lingua Portuguesa de António José dos Reis Lobato*. Estudo, edição crítica, manuscritos e textos subsidiários (Lisboa: UTAD –FCT).
- Auroux, S.(1973): *L'Encyclopédie. "Grammaire" et "Langue" au XVIIIe. siècle* (France: Mame).
- Bacelar, B. de Lima e Melo (1996) [1783]: *Gramática Filosofica da Língua Portuguesa por Bernardo de Lima e Melo Bacelar. Reprodução facsimilada da edição de 1783 com introdução e notas pelo académico correspondente Amadeu Torres* (Lisboa: Academia das Ciências).

- Barbosa, J. Soares (1866) [1822]: *Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa ou Principios da Grammatica Geral applicados á nossa linguagem* (Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias).
- Calafate, P. (dir.) (2001): *História do pensamento filosófico português*. III. *As Luzes* (Lisboa: Caminho).
- Casteleiro, J. Malaca (1980/81): “Jerónimo Soares Barbosa: um gramático racionalista do século XVIII”, *Boletim de Filologia*, XXVI: 101-110.
- Chomsky, N. (1967): *Linguística cartesiana* (Madrid: Gredos).
- Du Marsais, C. Chesneau (1987): *Les véritables principes de la grammaire et autres textes. 1729-1756* (Paris: Librairie Arthème Fayard).
- Hassler, G. (2001): “O problema da significação das palavras e as teorias linguísticas dos séculos XVII e XVIII”, em Thielemann, W. (ed.): *Século das Luzes- Século de Pombal*: 99-127 (Frankfurt am Main: TFM).
- Kemmler, R. (2001): “Para uma história da ortografia portuguesa: o texto metaortográfico e a sua periodização do século XVI ate à reforma ortográfica de 1911”, *Lusorama*, 47-48: 128-319.
- Lázaro Carreter, F. (1985) [1949]: *Las ideas lingüísticas en España durante el siglo XVIII* (Barcelona: Crítica)
- Mariño Paz, R. (1998): *Historia da lingua galega* (Santiago de Compostela: Sotelo Blanco).
- Monteagudo, H. (1999): *Historia social da lingua galega* (Vigo: Galaxia).
- Rousseau, J. J. (1980) [1761]: *Ensayo sobre el origen de las lenguas* (Madrid: Akal).
- Verney, L. A. (1949) [1746]: *Verdadeiro método de estudar* (Lisboa: Sá da Costa).